



Relatório de Avaliação Final (2021-2023)

**Projeto Territórios do Bem Viver -
Praticando a Cidadania**

 **terre des hommes**
Apoio à Infância

FICHA TÉCNICA

PROJETO:

Territórios do Bem Viver - Praticando a Cidadania

REALIZAÇÃO:

Centro Cultural Afro-Brasileiro Francisco Solano Trindade (CCFST)

FINANCIADOR:

Instituto Terre des Hommes

EQUIPE CCFST:

Charles Aurélio de Jesus Lima - Diretor Presidente

Coordenação:

Raquel Quintino de 01/21 a 07/23 e Erlaine Oliveira de 08/23 a 12/23

Oficineiros

Percussão- Ronaldo José Vitor Costa

Capoeira - Juliana Fagundes Fernandes

Violão- Márcio Cristiano Soares Marcelino

Futebol de Rua - Felipe Henrique Nascimento

AVALIAÇÃO DO PROJETO - TECENDO SOCIAL EDUCAÇÃO E APOIO À GESTÃO

Rosimeire Aparecida Mantovan

Tatiana de Fátima Domingues

REVISÃO TEXTUAL:

Augusto Salvador de Oliveira Fernandes

Apresentação

O Centro Cultural Afro-Brasileiro Francisco Solano Trindade (CCFST) é uma organização social atuante desde 1998 na valorização da cultura afro-brasileira nos territórios periféricos da cidade de São Bernardo do Campo. Seu propósito é auxiliar crianças, adolescentes, jovens e suas famílias a terem condições de defender os seus direitos. Sua missão tem estreita relação com o caráter de cidadania e a defesa de direitos humanos.

Teve sua origem junto às expressões da mobilização da comissão de fábrica dos trabalhadores Volkswagen, do Movimento Negro e Sindical. O Solano Trindade compõe atualmente redes internacionais e locais na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Sua missão institucional é possibilitar que crianças, adolescentes, jovens e suas famílias tenham acesso à cultura afro-brasileira. Isso é possível por meio da educação popular, para potencializar as diversas expressões e intervenções na sociedade, visando mudar realidades e gerar novas oportunidades.

Com décadas de trabalho social, o Solano Trindade estabeleceu parceria com o Instituto Terre des Hommes. Desde 2021, por meio do **Projeto Territórios do Bem Viver – Praticando a Cidadania**, intervém para defender os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, residentes no território de Vila Moraes – Alvarenga no município de São Bernardo do Campo.

SUMÁRIO

Apresentação.....	1
Introdução	3
1 -Resumo do Projeto (Projeto Aprovado)	3
2 -Caracterização do Território	4
3 -Público atendido.....	6
4 -Resultados e Impactos	8
Mudança 1	9
<i>Redução da agressividade e de condutas violentas</i>	<i>9</i>
<i>Fortalecimento de autoestima</i>	<i>12</i>
<i>Resiliência e competências sociais:</i>	<i>13</i>
Mudança 2.....	14
<i>Visão Crítica da Realidade</i>	<i>14</i>
<i>Trocas com agentes participativos de direitos: Bloco EURECA.....</i>	<i>14</i>
<i>Cientes de seu papel ativo de sujeitos de direito e agentes de mudança em sua comunidade</i>	<i>14</i>
Mudança 3.....	16
Mudança 4.	18
5 -Mecanismos de proteção da infância, adolescência e juventude	18
6 -Participação de crianças, adolescentes e jovens.....	19
7 -Aspectos de Gestão e Recomendações.....	20
BIBLIOGRAFIA.....	22

Introdução

O presente relatório visa avaliar as atividades do Centro Cultural Francisco Solano Trindade por meio do **Projeto Territórios do Bem Viver – Praticando a Cidadania**. A análise leva em conta seus respectivos indicadores e resultados sobre o público e a atuação do projeto. O direcionamento da análise e interpretação irá se pautar por 5 (cinco) eixos: relevância, eficácia, coerência, sustentabilidade e efeito.

O ato de avaliar projetos, programas e políticas sociais impõe em identificar o grau de eficácia, eficiência e efetividade do trabalho executado. Entende-se, assim, a avaliação como processual, partindo de um Sistema de Monitoramento e Avaliação – M&A que já elencou, previamente, indicadores sociais para aferição de metas, impactos e resultados. Reconhece-se, portanto, que o processo de avaliação não é estático e distante. Trata-se de dinâmica ativa, em que a voz dos sujeitos envolvidos deve ser observada, analisada e considerada para que os dados ganhem vida e vivência.

Este processo avaliativo se alicerça numa prática pedagógica cuja centralidade está nos processos de trabalho e práticas profissionais cotidianas. Assim, o diálogo sistemático com a equipe gestora do projeto é fundamental. Além disso, reconhece os princípios de interdisciplinaridade, aprendizagem significativa e historicidade para mensurar a eficiência, eficácia e efetividade, bem como das lições aprendidas neste caminhar.

1 - Resumo do Projeto (Projeto Aprovado)

Período relatado	De 01.01.2021	Até 21.12.2023
Duração do Projeto	Início 01.01.2021	Fim: 21.12.2023
Elaborado por (Avaliação):	Tecendo Social Educação e Apoio à Gestão Ltda.	

Nome do Projeto: Territórios do Bem Viver – Praticando a Cidadania

Proponente: Centro Cultural Afro-Brasileiro Francisco Solano Trindade (CCFST)

O Centro Cultural Afro Brasileiro Francisco Solano Trindade (CCFST) é uma organização parceira de longa data da aliança entre o Comitê Mundial dos Trabalhadores da Volkswagen e o Instituto Terre des Hommes. Entre 2021 e 2023, realizou o projeto **“Territórios do Bem Viver - Praticando a Cidadania”**, implementado em uma área de extrema vulnerabilidade social: uma ocupação chamada Vila Moraes, na região periférica do município de São Bernardo do Campo. Atendeu crianças, adolescentes e jovens em

oficinas e atividades culturais e suas famílias – majoritariamente chefiadas por mulheres. Essas pessoas tiveram a oportunidade de refletir de forma crítica sobre a realidade em que vivem.

Para tanto, foram objetivos do projeto:

- Crianças, adolescentes e suas famílias da Vila Moraes efetivarem os direitos à fruição das artes e de brincar, refletirem de forma crítica sobre o contexto e realidade em que vivem e fortalecerem suas competências interpessoais e autoestima.
- Nessa perspectiva, o trabalho com a comunidade referenciado ao bem viver buscou contribuir para a melhorar a qualidade de vida e fortalecer laços familiares e comunitários. Contribuiu, ainda, com o protagonismo da comunidade na discussão de políticas públicas sobre seus próprios direitos.

O projeto tem orçamento de EUR 160.000,00 e duração de 3 anos.

2 - Caracterização do Território

A Vila Moraes é uma ocupação em terreno do Município de São Bernardo do Campo localizada na região do Alvarenga. Faz divisa com os Municípios de Diadema e São Paulo, e tem cerca de 500 famílias (em torno de 2200 pessoas) residentes.

A região do Alvarenga conta com uma população de 69.507 habitantes, dos quais 5,8% não tem nenhum rendimento, 33,2% vive com até um salário-mínimo (aproximadamente € 200) por mês e 29,9% com dois salários mínimos. É uma região com baixo investimento em educação, que disponibiliza apenas 3.114 vagas de creches e pré-escolas para uma população de 5.889 crianças de 0 a 5 anos e 3.905 vagas para 5.208 crianças em idade de escola fundamental. Consequentemente, os índices de vulnerabilidade social nesta região são preocupantes, os quais se apresentam de forma ainda mais expressiva em Vila Morais.

Por se tratar de ocupação, as famílias daquele território enfrentam, há alguns anos, a tentativa de reintegração de posse, até o momento sem sucesso, por parte do Município. Porém, isso afeta sobremaneira as relações e perspectivas de seus moradores, inclusive quanto aos aspectos de desenvolvimento, preservação e expectativas da existência de

políticas públicas e investimento público no local. Para as autoridades, a ocupação é invisível e seus moradores não têm acesso a direitos básicos como água, iluminação pública, saneamento, escolas, transporte público, saúde e moradia digna.

O estudo de contexto realizado no início do projeto apresentou os seguintes aspectos:

Das 500 famílias residentes no local, 313 foram entrevistadas apontando para o seguinte perfil:

- 45% das famílias entrevistadas vive com renda de 0 - R\$ 500,00/mês;
- 45% das famílias entrevistadas não têm nenhuma pessoa adulta com trabalho remunerado;
- 66% das famílias entrevistadas têm em sua composição crianças, adolescentes ou jovens, sendo este público representado por:
 - 48,04% de crianças de 0 a 06 anos;
 - 41,09% de crianças de 07 a 12 anos;
 - 34,04% de adolescentes entre 13 a 18 anos e
 - 20,09% de jovens de 19 a 24 anos.

Esse cenário não contribui para construir o senso de pertencimento e de vínculos comunitários. Isso resulta em relações individualizadas e, por vezes, violentas. Uma das entrevistadas afirma:

O direito de ali permanecer. As pessoas da comunidade ganharam na justiça. As pessoas da comunidade atribuem isso à atuação da associação de moradores. Não são todos, há disputas bem violentas lá.

Tal cenário demonstra um contexto de insegurança e ameaça, marcado pelo direito da moradia não assegurado. Se os valores da sociedade moderna impõem o individualismo e a disputa como estratégias, as expressões podem se tornar bem mais violentas, onde a disputa é estratégia de sobrevivência.

Considera-se relevante que mais de 60% das famílias tenham crianças, adolescentes e jovens em sua composição. Esse fator amplia a vulnerabilidade das famílias, uma vez que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Sua condição de desenvolvimento demanda proteção dos adultos e das políticas públicas, para que possam alcançar um desenvolvimento saudável.

Nesse ciclo, a construção de vínculos é um aspecto fundamental no desenvolvimento saudável. Vínculos seguros desempenham um papel efetivo na proteção e no apoio ao desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças e adolescentes.

Paugam (2008) delimita os vínculos sociais em diferentes laços entre as dimensões de proteção e reconhecimento. De caráter relacional, parte da ideia do solidarismo social ou solidariedade orgânica, em que os cidadãos reconhecem o caráter humano de construção histórica e mutualidade para a continuidade da sociedade e garantia dos padrões civilizatórios para a existência das novas gerações. (Bruno, 2018)

Vínculos afetivos fortes proporcionam às crianças e adolescentes um senso de segurança. Assim, podem enfrentar desafios e adversidades com mais resiliência, oferecendo resistência, enfrentamento e proteção contra abusos, negligência e outras formas de violência. Desenvolvem, também, a capacidade de comunicar-se de forma aberta, expressando preocupações, medos e experiências negativas, o que pode ajudar a identificar e prevenir situações de risco.

Nesse sentido, identificou-se que mulheres chefiavam 69% das famílias entrevistadas. Suas moradias são casas de madeira ou alvenaria em condição precária, compostas por no máximo com 2 cômodos, nos quais residem mais de 6 pessoas.

Apesar dos altos índices de vulnerabilidade, 70% das famílias entrevistadas não estavam inseridas nos programas de transferência de renda e não estavam referenciadas à rede de assistência social do município.

O cenário apresenta graves violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Dentre eles, violência sexual, trabalho infantil, violência intrafamiliar e acidentes domésticos.

Observa-se, sobretudo, que a presença do projeto Territórios do Bem Viver em Vila Moraes se constituiu em intervenção social importante para as crianças e adolescentes atendidos e suas famílias.

3 - Público atendido

Quantitativamente, o público atendido no período em análise, oscilou em relação à meta inicial. O projeto atendeu, predominantemente, crianças de 06 a 12 anos de ambos os sexos. Em segundo lugar, atendeu adolescentes de 13 a 17 anos, também de ambos os

sexos. Em relação ao público indireto, o projeto beneficiou cerca de 350 pessoas que representam mais de 80 famílias.

Nos anos iniciais do projeto, o desafio de enfrentar a crise pandêmica mundial exigiu esforços da organização para alcançar o público planejado sem colocar em risco a saúde de profissionais e atendidos.

Nesse sentido, a atenção voltou-se para concentrar ações, em partes, na ajuda humanitária, distribuição de alimentos, produtos de higiene e materiais lúdicos e pedagógicos. Isso em face ao cenário da presença das crianças e adolescentes em tempo integral em suas residências e sem a convivência escolar.

Ainda assim, foi possível desenvolver atividades coletivas que fortaleceram vínculos e promoveram a ampliação da parceria com a Associação de Moradores para a realização de atividades socioculturais. Vale destacar que a relação com a Associação de Moradores se apresentou também de forma conflituosa, segundo relatos de participantes de entrevistas:

Eu acho que isso também precisa se aproximar da associação. Para ter um êxito maior. Acho que a atuação do Solano ali já é exitosa. Eles ocupam a política pública que não chega ali. Ali não chegam políticas públicas. E as políticas públicas que chegam, chegam na base da briga. E de muita briga. Eles não têm iluminação pública. A iluminação é feita por placa que uma ONG fez. Então não chega política pública ali. E a forma de organização que a associação tem. A gente tem o Solano lá que faz todo esse trabalho de posicionamento. Já tem sido muito exitosa. E acho que para ser mais tem que ser em conjunto.

A disputa política é sem dúvida um campo de tensionamento de interesses diversos. A Associação de Moradores tem a legitimidade dos moradores do território. Atribui-se a ela a vitória na justiça (em primeira instância) para a permanência dos moradores de Vila Morais. Logo, em um contexto de absoluta ausência pública, outras relações de poder vão se estabelecendo. Nesse processo de aproximação com a comunidade, foram se desvendando vulnerabilidades e conflitos. Mas, também, potencialidades e talentos do território em questão, que processualmente foram sendo trabalhados e, na medida das possibilidades, articulados com outros parceiros para atenção às demandas.

A partir de 2022 e, mais efetivamente, em 2023, já encerrado o cenário da pandemia, as atividades no território foram retornando mais sistematicamente. Assim, puderam envolver a comunidade e seus jovens em atividades de participação social. Os jovens então puderam participar das reuniões presenciais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente - CMDCA para debater, com atores do sistema de garantia de direitos, a problemática da violência na escola e participar dos encontros preparatórios para construção do plano municipal de cultura.

Dessa maneira, formou-se, na comunidade, um grupo de Agentes Culturais da Vila Moraes que iniciou sua participação no bloco EURECA (Eu Respeito o Estatuto da Criança e do Adolescente). Essa ação se originou nos movimentos sociais de defesa de crianças e adolescentes no município de São Bernardo do Campo e realiza atividades culturais em defesa do ECA.

Em 2023, as atividades foram ampliadas, o que parcialmente atendeu o planejado. Sem, no entanto, alcançar as metas relativas a meio ambiente e realização das hortas comunitárias, em razão do contexto estrutural e dos conflitos gerados pela ameaça de reintegração de posse que ciclicamente afeta a comunidade. Esta ainda é uma questão judicializada, em fase recursal, sem trânsito em julgado.

4 - Resultados e Impactos

Os relatórios anuais apresentam resultados que sugerem impactos importantes na vida da comunidade. Especialmente, para as crianças e adolescentes que fortaleceram vínculos comunitários e aproximaram as famílias em torno das atividades desenvolvidas no projeto. Ou, como definem, “o trabalho da Casa Solano” cuja presença no território tem importante reconhecimento das famílias.

A análise qualitativa do projeto **Territórios do Bem Viver** foi capaz de demonstrar os resultados e consistiu em reuniões sistemáticas com a gestão do Solano Trindade e entrevistas com atores importantes.

As entrevistas em profundidade, semiestruturadas, visaram captar as percepções e impressões sobre a experiência com o projeto. Seu roteiro foi pré-definido e se pautou em amostragem intencional, sendo os sujeitos escolhidos:

- Mulher residente na Vila Moraes, participante do projeto, juntamente com os filhos;
- Conselheiras tutelares do território que tiveram estreita interface com o projeto;
- Voluntário da Volkswagen envolvido com a ação “Uma hora para o futuro” e participante do projeto.

Os encontros para coleta das entrevistas foram remotos, por meio da plataforma Zoom Meeting. O conteúdo foi gravado e posteriormente transcrito para análise e comparação com os dados quantitativos. Um profissional contratado, com essa função específica, realizou as transcrições. Estas obedeceram fielmente às falas dos entrevistadores e entrevistados(as), apoiando-se na literalidade das orações. A construção deste relatório preservará suas identidades.

Dessa forma, o diálogo, conduzido por roteiro semi-estruturado, buscou investigar as opiniões e percepções sobre as mudanças que o projeto desenvolveu por meio dos indicadores a seguir.

Mudança 1: As atividades do projeto influem positivamente nas perspectivas de vida de crianças, adolescentes e jovens. Elas/es apresentam redução de agressividade, (re)descobrem a força do coletivo e se identificam como sujeitos e atores ativos engajados nos direitos da criança e do adolescente.

- *Redução da agressividade e de condutas violentas*

Parte-se do pressuposto do reconhecimento da violência como um fenômeno multifatorial cujas expressões têm se intensificado no contexto de desmonte das políticas sociais e violações de direitos. O Ministério da Saúde realizou pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, entre 2015 e 2021. Nesse período, no Brasil, foram notificados 202.948 casos, sendo 83.571 crianças e 119.377 adolescentes. Em 2021, observou-se o maior número registrado: 35.196 casos. Dados como este evidenciam a urgência de intervenções do Estado e da sociedade para proteger crianças e adolescentes.

Ao serem questionados se as atividades do projeto **Territórios do Bem Viver** contribuíram para reduzir a agressividade e violência de crianças, adolescentes e suas famílias, os entrevistados são unânimes em afirmar positivamente.

(...) Com certeza, né? Porque uma vez que o jovem, adolescente e as crianças que estão dentro dali, daquele convívio com eles, eles vão aprendendo ter comportamento, educação, cultura, né? Que a cultura, o conhecimento salva. Então, atinge-se, de forma geral, a vida do psicológico da criança, adolescente, quando está fazendo esses cursos na Casa Solano. (Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

A mãe e responsável dos adolescentes participantes do projeto reforça a necessidade de espaços e oportunidades para as crianças e adolescentes periféricas, poderem ressignificar

valores e aprenderem novas possibilidades de convivência e mediação de conflitos.

Questionada por que considera que o projeto reduziu agressividade e condutas violentas, a genitora esclarece:

Porque eles aprendem a ter convivência um para com o outro, né? E eles são instruídos para fazer o melhor lá dentro, entendeu? Bom, o que eu observo é a união, porque eles se conhecem lá dentro, falam lá dentro e saem pra aqui e pra fora do mesmo jeito.

A adolescência é um ciclo de vida marcado pela construção da identidade e por formas de estabelecer relações com os outros e com o mundo. Garantir espaços em que as relações possam ser mediadas de forma saudável, fortalecendo o sentido coletivo e a convivência, é fundamental para a proteção social de crianças e adolescentes.

A conselheira tutelar também foi testemunha de mudanças positivas significativas após a intervenção do projeto:

Não tenho dúvida. Principalmente esta (violência), Intrafamiliar. E aí eu me lembro de uma família específica em que a violência física era bastante acentuada. Tinha, sim, claro, o propósito de educar os filhos num local que é muito difícil educar os filhos. Manter os filhos longe daquilo que aquela família entende que é um perigo, e é mesmo um perigo para as crianças e adolescentes. Então, a mãe, mãe solo, se servia de castigos físicos severos para poder garantir o controle dessa situação. E ela era muito fechada, aquela família muito fechada em si mesma, e acreditando que assim era necessário para garantir a proteção. E a aproximação do Solano dessa família, e a relação de confiança que o Solano, que a equipe estabeleceu com essa família, alterou significativamente esse contexto. (Conselheira Tutelar - Território de Vila Moraes)

Observa-se assim, que o projeto alcançou crianças, adolescentes e suas famílias no aspecto sobre a redução da agressividade e condutas violentas. Fortalecer a capacidade de proteção de famílias afiança a proteção para os membros mais vulneráveis ou expostos do núcleo familiar, como crianças e adolescentes.

A violência intrafamiliar se instala quando todos os recursos de resolução de conflitos são esgotados. As famílias, muitas vezes, a normalizam. Assim, a conselheira aponta a efetividade do projeto na condução de uma situação em que a intervenção do conselho tutelar era limitada. Aponta, ainda, a necessidade de mais famílias serem atendidas:

Então, a gente percebe o quanto é importante, é lógico que é preciso ampliar numa comunidade de baixa escolaridade, de um nível de desemprego absurdo, e essa distância de todos os equipamentos públicos, é necessário ofertar, digamos, uma, mais, eu não sei, mais vaga, sabe, para as comunidades, porque para essa comunidade especificamente, que é como eu disse, tem uma baixa escolaridade, tenho certeza que há muitas famílias lá cujos adultos não sabem ler e escrever, a

gente já atendeu, né, e em razão disso a dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, né, é uma região bastante carente de tudo, de todos, a presença do Estado é mínima lá. Então, Solano Trindade faz essa diferença lá, sem dúvida, e precisa ampliar esse alcance lá. (Conselheira Tutelar - Território de Vila Moraes)

Outro entrevistado entende que as ações do projeto vão além da violência intrafamiliar. Estas podem mudar histórias de crianças e adolescentes que poderiam ser alvos ou reféns do crime organizado:

É uma realidade que você muda da desigualdade social também, né? Evolução, vamos supor...Infelizmente, a gente sabe, por conta da opressão, da desigualdade social que os moradores vivem dentro da favela. Então, ou seja, é uma criança que, de repente, você resgatou de um crime. Ela poderia ter ido para um crime, para um caminho errado, entendeu? É uma criança que, ou seja, ela está iniciando um processo que faz parte da educação dela, que faz parte da educação da vida dela, né? Então, é algo que tem uma grandeza muito grande, né? Uma importância dentro desse projeto, né? (Voluntário Volkswagen - 1 hora para o futuro)

A violência é um fenômeno multifatorial e histórico, marcado pelas desigualdades da sociedade capitalista. As intervenções para enfrentá-la precisam ser coletivas e continuadas, em médio a longo prazos. Dessa forma, as manifestações que os sujeitos pesquisados observaram estão mais no aspecto individual do que coletivo. Outra consideração importante é que o projeto atua isoladamente no território em questão, sem a parceria efetiva de outros agentes públicos ou privados:

Aquela comunidade é uma comunidade distante de tudo. A primeira escola que serve às crianças daquela localidade, a distância, exige que todas recebam transporte escolar. Imagina dos outros serviços, né? Da UBS e das entidades que fazem, que executam aí os programas do serviço de convivência na região. O Solano é, salvo engano, a única entidade que executa essa atividade de fortalecimento de vínculos naquela comunidade, né? A comunidade, por estar na divisa, se serve de alguns programas também que estão em Diadema. (Conselheira Tutelar - Território de Vila Moraes)

Ao ser questionada se conhece outros atores que realizam atividades no território de Vila Moraes, a mãe dos adolescentes participantes responde:

Até onde eu sei, tem não. A não ser as igrejas que fazem projetos, mas é mais isolado, não tem, a Casa Solano ela abre o lugar pra todo mundo participar, entendeu? É maravilhoso. (Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

Sem dúvida, o enfrentamento da violência não é tarefa exclusiva de uma única política pública, menos ainda de um projeto social. O isolamento para enfrentar a violência no território compromete os resultados do projeto **Territórios do Bem Viver**, apesar dos resultados positivos e de impacto até o momento.

- *Fortalecimento de autoestima*

A construção da autoestima de crianças e adolescentes se relaciona diretamente com a história de vida e a construção da identidade do sujeito. A valorização de si mesmo, as relações estabelecidas com a família e a comunidade, o espaço onde mora, a escola e os espaços de vivência podem interferir de forma positiva ou negativa na construção da auto estima. O direito de brincar é um importante exercício nesse sentido, podendo ser alijado pelas condições objetivas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Um dos entrevistados traz o quanto foi marcante observar a mudança na forma de brincar das crianças por meio da intervenção do projeto. Relata ainda, sua satisfação em participar deste processo para além da doação em espécie.

Então, você poder ver que se você tem um projeto, de tamanha importância, que é o Solano Trindade, entendeu? Aqui, que tem a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores da Volkswagen. E você ir lá, até o local, você fazer a doação, você ver a realidade daquela criança e depois você vê que aquela criança que você viu que estava brincando, com um pedaço de tijolo, que não tinha um brinquedo, que não tem acesso a lazer, não tem acesso à cultura, depois você, novamente, uma nova visita, você vê que aquela mesma criança começou a assistir, e isso é muito gratificante. (Voluntário Volkswagen - 1 hora para o futuro)

A autoestima é parte do autorreconhecimento e se constroi na interação com o meio social. Poder ter brinquedos para o brincar, bem como participar de espaços pedagógicos, culturais e de lazer são estímulos essenciais. Assim, as crianças e adolescentes podem se sentir capazes de contribuir com a vida de sua família e do território onde vivem.

A fala da conselheira tutelar expressa o perfil do público atendido, o significado da auto estima neste contexto e os desafios para fortalecê-la:

E, na verdade, o que a gente vai ver ali, é uma juventude negra, periférica, com pouca escolaridade. E tudo isso faz com que a autoestima desses meninos e meninas que pisam no barro para alcançar os serviços. Sujos de barro, calçado, enfim. De modo que todo mundo já criou um estigma em relação aos moradores dessa comunidade. (Conselheira Tutelar - Território de Vila Moraes)

O relatório do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo - USP, de julho de 2023, apresenta dados sobre diferentes tipos de contato entre crianças e adolescentes e a polícia no município de São Paulo. Os resultados demonstram que a discriminação racial e a seletividade das abordagens policiais estão presentes desde cedo na vida das crianças e adolescentes, sendo os meninos abordados a partir dos 11 anos de

idade. É ainda na infância que os jovens negros se tornam alvos do policiamento ostensivo e das formas mais violentas de ação policial.

As desigualdades étnico-raciais já são parte da estrutura constitutiva da sociedade brasileira. Reunidas às desigualdades socioeconômicas importantes, certamente fragilizam a auto estima dos jovens da Vila Moraes, já que são expostos a diversas violências, urbanas e institucionais, tendo suas identidades constantemente ameaçadas.

Assim, também o depoimento da mãe, cujos filhos participaram do projeto, o reconhece como uma **esperança**.

Tirar as crianças do meio da periferia, porque elas ficam horas ali naquela casa, elas aprendem, traz a cultura para elas, elas se alimentam lá também, vão se envolvendo em projeto, né? Nossa, é muito top demais, sabe? Conhecer novas pessoas, professores super treinados, amorosos, sabe? Pra mim, é uma esperança a Casa Solano aqui na comunidade da Vila Moraes é uma esperança para o jovem, é uma esperança pro futuro melhor. (Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

Esperança, aqui, não é uma expectativa desconexa da realidade. É um sentido de confiança e confiança é proteção. Saber com quem se conta e para quem se conta são marcadores essenciais dos vínculos sociais, geradores da proteção social (PAUGAM, 2008).

Assim, avalia-se contribuições importantes do projeto acerca do fortalecimento da autoestima de crianças e adolescentes.

- *Resiliência e competências sociais:*

O projeto teve dificuldade para envolver crianças em idade pré-escolar, atingindo 06 crianças no ano de 2023. As atividades propostas beneficiam públicos de crianças mais velhas. A pandemia do Covid 19 atravessou um longo período de implementação, interferindo no resultado com aquele público. Além disso, atingi-lo com eficiência demanda o envolvimento de profissionais com expertise no atendimento à primeira infância. A otimização de profissionais, sendo os mesmos para as atividades com adolescentes, crianças mais velhas e crianças na primeira infância podem comprometer os resultados e a adesão de um dos públicos.

Mudança 2: Crianças, adolescentes e jovens participam ativamente em outros espaços de protagonismo (Rede de Jovens, Bloco EURECA) e reconhecem as lutas sociais e de moradia. Buscam e exigem do poder público o reconhecimento dos direitos de sua comunidade e de si mesmas.

A Mudança proposta por esse indicador, reúne alguns aspectos como:

Visão Crítica da Realidade

Trocas com agentes participativos de direitos: Bloco EURECA.

Cientes de seu papel ativo de sujeitos de direito e agentes de mudança em sua comunidade

O espaço Solano Trindade foi o primeiro das crianças e adolescentes participantes do projeto Território do Bem Viver para o reconhecimento dos direitos e o caráter de cidadania. Além das atividades, o projeto realizou passeios, momentos culturais e de lazer, sensibilizando crianças e adolescentes para ocupar os espaços em sua comunidade, sua cidade e no mundo. Todavia, esse é um longo processo, que precisa de investimento e estímulo em um contexto de isolamento social, como o vivenciado em Vila Morais.

Assim, é uma atividade, né? Que, como se fala, ela ensina a criança da importância do coletivo, né? E, assim, ela muda também a realidade naquele momento. Porque a criança, vamos supor, ela deixou daquele momento, às vezes, por a gente saber, uma situação de renda ali muito precária daquela região. Então, às vezes, ela deixou daquele momento, vamos supor, de passar fome. Então, daquele momento que ela fez aula, tipo, como é a aula? Ela teve acesso a um alimento, ela teve acesso a um conhecimento, ela teve acesso a uma cultura. (Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

A mãe, não por acaso, menciona o aprender e o acesso à cultura juntamente com a ausência de renda e a insegurança alimentar. Lutar por direitos é um passo fundamental na construção da cidadania. Porém, muitas vezes depende da satisfação de necessidades básicas, num primeiro momento.

Outro entrevistado também aponta o conflito entre educação e criminalidade, como projetos em disputa no território em questão:

Você quer ser um agente de mudança na vida de uma criança através do projeto, né? Através da oportunidade que o projeto dá, né? Então, só de você saber que a gente ganhou mais uma criança para a educação, o lazer, para a cultura, e que o crime, ele perdeu com isso, né? (...) Então, esse projeto é de extrema importância no dia a dia dessas crianças, desses adolescentes que são assistidos. (Voluntário Volkswagen - 1 hora para o futuro)

Considera-se que pelo período crítico vivenciado pelo projeto e as dificuldades encontradas no território, os resultados para o protagonismo das crianças e adolescentes participantes foi muito positivo. E assim, pouco a pouco, adolescentes e jovens passam a ocupar outros espaços de participação, como o bloco EURECA:

Tem um grupo a qual eu não me lembro o nome aqui agora, que foi criado também nessa Casa Solano, né? E através desse grupo o jovem começou, por exemplo, meu filho que participou, né, começou a reconhecer o direito dele dentro da sociedade e reconheceu como jovem da periferia. É, o Eureka é esse mesmo! (Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

Se, por um lado, há estudos expressivos sobre o direito de crianças e adolescentes, por outro, a participação política desses sujeitos ainda é invisibilizada:

As constatações de Honneth acerca da necessidade humana de reconhecimento mútuo permitem considerar que a exclusão infantil da possibilidade de participação política é em si mesma a causa de uma situação de desrespeito para com a integridade social e para com a dignidade da criança, sendo capaz de impedir seu processo de autorreconhecimento subjetivo, afetando sua autoconfiança, autorrespeito e autoestima. (TIRONI, 2016, pág. 2148)

Segundo TIRONI (2016), ainda, invisibilizar a participação política de crianças e adolescentes durante os processos de decisão afeta a elaboração de políticas públicas. Aqui, crianças e adolescentes são desconsiderados. Todavia, esta é uma tarefa social e política, cuja centralidade se dá por meio dos processos educativos e dos espaços de participação e controle social. A incidência política do projeto Territórios do Bem Viver, apesar de ser uma ação isolada no território, foi essencial para crianças e adolescentes participantes se apropriarem de outros espaços de participação.

Aqueles que vivenciaram outros espaços de participação não retornarão ao ponto inicial, pois a visão foi ampliada, as percepções estimuladas e o senso crítico aguçado. A construção de criticidade sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca é, portanto, um caminho sem volta. O projeto teve contribuição ímpar nesse contexto, sendo necessária a continuidade das ações.

Mudança 3: Famílias ativas e engajadas realizam ações colaborativas com o Solano Trindade na comunidade para melhorias no espaço onde vivem. Empoderadas de seus direitos e suas possibilidades, refletem e atuam pela resolução de problemas e conflitos existentes no território, de forma não violenta. Mulheres que chefiavam essas famílias têm uma nova perspectiva para suas vidas, menos fatalista e mais construtiva.

O território da Vila Moraes, como já mencionado, apresenta altos índices de violência urbana e das relações sociais impactadas pela condição de insegurança que vivem as famílias. Como citado, o local é objeto de disputas e, muitas vezes de forma violenta, ocorreram intervenções públicas, como relata a conselheira tutelar atuante no local.

Uma comunidade que, como outra qualquer de periferia, é difícil organizar. Embora eles já sejam organizados, há muitas disputas no território, né? A dificuldade maior que nós encontramos foi manter a comunidade comprometida com essa caminhada, né? Por causa dessas disputas que existem, interesses, né? Ocorreu, sim, um despejo com demolições de casas que tinham acabado de ser construídas lá, né? E aí, tudo isso gera uma disputa ali no território, né? Porque aquelas pessoas novas que chegam na comunidade, elas também querem ter seus direitos assegurados, né? Ali, a maioria das pessoas vive há 30, até 40 anos, tem gente vivendo lá, né? E aí nós fomos atuando junto com essa comunidade organizada, aquilo que foi possível organizar, é claro. (Conselheira tutelar atuante no território)

O indicador expresso na mudança 3 constitui-se de dois aspectos. O primeiro é tornar possível construir um olhar crítico para a comunidade. O segundo é superar uma visão fatalista. Esse conjunto, aliado a acessos materiais e objetivos, é uma sensibilização em longo prazo. Como afirma o entrevistado, as famílias de Vila Moraes vivenciam uma luta diária e este processo é desgastante, conflituoso e muitas vezes desolador.

Vamos supor, o primeiro exemplo que eu posso dar, eu acho que é a luta que eles têm lá dentro do coletivo dos moradores, que é uma luta diária. É uma luta diária. Para que eles possam ter aquele espaço onde eles vivem e sobrevivem, que seja um deles. Entendeu? Porque a gente sabe que, vamos supor, a parte da prefeitura, a parte do governo, não tem esse olhar como aquilo pertence aos moradores lá. Eles simplesmente têm uma visão que eles são pessoas que ocuparam um espaço que não são deles. Então, acho que essa luta para eles conquistarem aquele espaço que são deles, por moradia, então já é um processo de uma luta diária. (Voluntário Volkswagen - 1 hora para o futuro)

Ser destituído do lugar de moradia ou viver sob ameaça é uma tensão permanente que pode gerar desconfiança nas relações e dificuldades para estabelecer vínculos saudáveis. Nesse sentido, a força coletiva e de articulação do projeto foi importante para aquele território. Além de fortalecer o sentimento de apoio para os moradores, as atividades puderam fortalecer vínculos e construir novas perspectivas de convivência, como relata o entrevistado:

Sim, porque é bem evidente, porque você percebe que as crianças, elas vão criando um laço de família, né? Você percebe que elas se preocupam umas com as outras, né? Às vezes, elas ficam atentas. Elas vêem, assim vamos supor se a amiguinha, amiguinho do lado também está participando daquela atividade. Às vezes, uns como... Acho que de primeiro momento para serem assistido, é natural ser mais tímido e tal. Então, elas acolhem, entendeu? Elas acolhem essas outras crianças. Então, essa importância de você ensinar o sentido do coletivo, acho que é muito rico dentro do Solano. (Voluntário Volkswagen - 1 hora para o futuro)

A estratégia da arte e cultura facilita a saída das famílias do lugar comum e do isolamento. Assim, elas vivem novas experiências, ampliando o olhar. A moradora da Vila Moraes destaca esse fato:

Se tiver algum projeto, igual esse final do ano passado teve, ali, que os jovens saíram tudo pela comunidade, andaram, sabe, foi uma coisa linda, as família tudo acompanha meu fí, eu fui lá, uhum! vamô embora, curtindo, então assim, quando é possível, se o projeto expande para as famílias, sim, elas participam sim. Foi com o professor Rones até, eles foram fazer uma apresentação, né, na comunidade, tocando os instrumentos, que eu não sei o nome, e eles rodaram, nossa, foi lindo, foi top, foi todo mundo vestido, instrumento tocando, tamborim. Foi seguindo, foi todo mundo participando, tirando foto, gravando, curtindo e vibrando, nossa, foi muito legal, foi uma caminhadinha boa que os jovens fizeram, dentro da favela, dentro da comunidade, e por fim acabaram na Casa Solano, né?
E aí teve comes e bebes, teve ali muita música, muita diversão, muita alegria, foi muito gostoso, nossa, eu lavando louça, sai correndo, falei, “tô chegando aí!”
(Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

A arte tem o poder de conectar pessoas e reflexões para construir o senso crítico de um lugar mais leve e descontraído. Viver tantas ausências e violações de direitos pode gerar rejeição a determinadas abordagens políticas que não parecem fazer sentido quando a necessidade é imediata.

Ao ser questionada se as famílias se envolveriam em mais atividades assim, a entrevistada discorreu:

Se envolve. É, porque é uma atividade que todo mundo tá vendo que é pro bem, né, pro crescimento dos jovens, né, então assim, nosso futuro são eles, se a gente não se envolver, como é que vai acontecer? A gente tem que ter amor, tem que apoiar, né, todos projetos que vem pra cá, pra comunidade Vila Moraes. (Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

Mesmo reconhecendo a responsabilidade pública, a genitora considera ser vista e reconhecida como o diferencial das ações do projeto:

Então, assim, o que eu vejo, assim, são muito amor envolvido. Então, assim, quando as pessoas vê esse projeto no lado externo, né, da casa ali, onde faz tudo, tipo, poxa, olha, tem alguém olhando por nós, tem amor, olha, alguém tá cuidando da gente. Não, é muito lindo, gente, nossa, é muito lindo, é muito amor envolvido. (Mulher participante e mãe de adolescentes do projeto)

Sem dúvida, o relato da participante do projeto aponta uma qualidade de vínculo muito importante construída entre as famílias e o Territórios do Bem Viver.

Mudança 4: Comunidade protagonista no desenvolvimento do território, com base no bem viver, melhora a qualidade de vida através de ações políticas e colaborativas. Moradores produzem alimentos através da horta comunitária e praticando a solidariedade e ajuda mútua.

Uma das principais ações dessa mudança seria implantar a horta comunitária. Durante a execução, isso foi sendo adiado em decorrência de fatores internos e externos.

Os conflitos ocorridos no território, especialmente em relação a suas divisas, trouxeram dificuldades na efetivação. Ademais, a estimativa prevista de recursos estruturais e humanos não foi suficiente para realizar a horta.

Nesse eixo, algumas poucas ações foram realizadas, como a oficina de plantio de mudas em vasos. Porém foram aquém do planejado, não se constituindo em resultados de desenvolvimento do território, como indicado.

No entanto, houve ações relativas à segurança alimentar, como a aquisição de alimentos do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹, e atividades com as famílias, refletindo a importância da luta no campo e na cidade por melhores condições de vida, e o envolvimento de todos os cidadãos.

Também aconteceu o festival culinário, como forma de ampliar a percepção cultural e reconhecimento do saber negro, feminino e ancestral.

Essas ações foram capazes de demonstrar o potencial dessa atividade, que será incluída no planejamento das próximas etapas do projeto.

Há que se considerar que a organização está em processo de construção de novos modelos de gestão, e principalmente com o foco de expandir o atendimento de crianças e adolescentes.

5 - Mecanismos de proteção da infância, adolescência e juventude

A proteção da infância, adolescência e juventude é fundamental para garantir o desenvolvimento saudável e o bem-estar. Os mecanismos de proteção incluem leis e

¹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social autônomo que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para a conquista da Reforma Agrária e a defesa de um Projeto Popular para o Brasil. Além das atividades de articulação e incidência política, o MST deu origem a um modelo de cooperação agrícola, para uma produção agrícola pautada na sustentabilidade e em novas relações com o uso da terra.

regulamentações, políticas públicas de assistência social, Saúde, Educação e todo o sistema de garantia de direitos que atua nos eixos de promoção, defesa e responsabilização.

Nesse sentido, a ausência destes setores implica diretamente em desproteções que vão se tornando contínuas no tempo e nas gerações.

Partindo desse desafio, o Projeto Territórios do Bem Viver – Praticando a Cidadania, desenvolvido pelo Solano Trindade possibilitou construir caminhos de proteção, mesmo que de forma isolada, em virtude da ausência de rede de proteção naquele território. Isso foi possível pelas iniciativas de conscientização sobre os direitos das crianças e jovens, atividades educativas, promoção e participação.

Tais iniciativas e atividades incentivaram o protagonismo ativo de crianças, adolescentes e jovens na tomada de decisões que afetam suas vidas, tanto em nível individual como coletivo. Isso inclui inserções em espaços de diálogo e apresentações das atividades na comunidade. Dessa forma, foi possível despertar a importância de relações mais amistosas entre as crianças e adolescentes, que por vezes ocupavam os espaços de forma competitiva.

6 - Participação de crianças, adolescentes e jovens

A participação de crianças e adolescentes é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que tenham influência nas decisões que afetam suas vidas. Os espaços de participação são diversos e podem incluir conselhos de direitos, espaços seguros para diálogo, fóruns, consultas públicas, participação em processos decisórios, educação para a cidadania e utilização de tecnologia para atividades e campanhas, desenvolvimento de liderança e promoção da participação ativa de crianças, adolescentes e jovens.

A promoção desses espaços depende do envolvimento ativo dos agentes públicos e da sociedade civil organizada, para que não haja descontinuidade das atividades. Dessa forma, o projeto possibilitou este debate naquela comunidade. Porém é necessário continuar e ampliar essas ações para efetivar e expandir o processo além do território. O objetivo é promover efetivamente o protagonismo juvenil no Município e como cidadão brasileiro.

Dessa forma, sugerimos a ampliação do debate em articulação com o Poder Público e outras organizações de forma a promover agora a inserção dos jovens da comunidade em espaços institucionais de defesa da infância.

7 - Aspectos de Gestão e Recomendações

Toda a análise mostra que, apesar dos indicadores quantitativos oscilarem e por vezes ficarem abaixo do esperado, o projeto trouxe impactos valorosos para a comunidade. Além disso, há uma expectativa dos moradores sobre sua ampliação.

Nesse sentido, é reconhecidamente importante a presença da “Casa Solano” no território. Porém esta precisa de uma estrutura melhorada para alcançar seus resultados com eficiência, eficácia e efetividade.

Pontos essenciais na gestão e no financiamento trarão maior sustentabilidade ao projeto e impacto para a comunidade.

Assim apontamos áreas que demandam maior atenção da **Organização**:

- Revisar os indicadores para que sejam mais factíveis à realidade a ser enfrentada;
- Reorganizar os Recursos Humanos, de forma a garantir uma equipe multiprofissional que atue de forma integrada para a oferta de atividades socioculturais e o trabalho social com famílias, assim como melhor articulação com a rede de serviços;
- Ampliar a carga horária da equipe e extensão das atividades para os finais de semana para contemplar a disponibilidade de horário das crianças, adolescentes e suas famílias, melhorando a participação;
- Construir vínculos e melhor convivência dentro da comunidade, incluindo lideranças locais, resultando na redução dos conflitos nas relações. Para tanto, é fundamental a aproximação e novas articulações com a Associação de Moradores;
- Revisar e reorganizar os processos de trabalho: construir instrumentais de registro e sistematização que busquem aferir sistematicamente os indicadores;
- Revisar os processos de trabalho envolvendo as áreas administrativas e técnicas para maior efetividade e transparência na prestação de contas e captação de recursos;

- Planejar periodicamente as atividades, com participação da equipe e da comunidade;
- Implantar processos de avaliação e monitoramento do projeto, de forma a analisar resultados e reconstruir rotas e metas periodicamente;
- Ampliar o público a ser atendido e fortalecer os vínculos com as famílias;
- Desenvolver atividades em parceria com outras instituições que tenham presença no território, de forma a facilitar a mediação de conflitos e as ações relacionadas a violência no território. Na inexistência de rede local na Vila Moraes, avaliar a reaplicação do projeto em outro território, feitos os ajustes necessários em seu escopo;
- Promover ações para o fortalecimento de liderança feminina e empoderamento de mulheres para que possam ser agentes de transformação e de tomadas de decisão na comunidade;
- Ampliar o debate em articulação com o Poder Público e outras organizações de forma a promover a inserção dos jovens da comunidade em espaços institucionais de defesa da infância, desenvolvendo o protagonismo e a participação cidadã

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com alterações da Lei 12.435, de 6 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf/view>. Acesso em 20/jul/16

BRUNO, Tatiana de Fátima Domingues. Família e cuidado domiciliar: de cuidador à dependente. Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Tese de Doutorado, 2018.

NEV USP - Universidade de São Paulo. A experiência precoce e racializada com a polícia: contatos de adolescentes com as abordagens, o uso abusivo da força e a violência policial no município de São Paulo (2016 – 2019) Organizadores : Renan Theodoro, Debora Piccirillo, Aline M. Gomes. – São Paulo: FFLCH: 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: Concepções Fundantes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, UNESCO, 2009.

TIRONI, Sara. Criança, participação política e reconhecimento. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 3, 2017, p. 2146-2172.